

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM TEORIA E METODOLOGIA
DO ENSINO DE HISTÓRIA**

**A PARTICIPAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA ESCRAVA NA
VILA DE CAJAZEIRAS NO SÉC. XIX.**

MARIA ORLANDINA IZIDRO JACÓ

Cajazeiras-PB
2005

MARIA ORLANDINA IZIDRO JACÓ

**A PARTICIPAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA ESCRAVA NA
VILA DE CAJAZEIRAS NO SÉC. XIX.**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Teoria e Metodologia do Ensino de História da Universidade Federal de Campina Grande, em cumprimento às exigências para obtenção do grau de especialista. Sob a orientação do Prof. Dr. Osmar Luiz da Silva Filho

Cajazeiras-PB
2005



J121p	Jacó, Maria Orlandina Izidro. A participação da mão-de-obra escrava na Vila de Cajazeiras no séc. XIX / Maria Orlandinha Izidro Jacó. - Cajazeiras, 2005. 43p. Não disponível em CD. Monografia(Especialização em Teoria e Metodologia do Ensino de História)Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Formação de Professores, 2005. Contém Bibliografia. 1. Escravidão. 2. Trabalho escravo. 3. Vila de Cajazeiras - história. 4. Escravo - compra e venda. I. Silva Filho, Osmar Luiz da. II. Universidade Federal de Campina Grande. III. Centro de Formação de Professores. IV. Título
-------	---

CDU 326(813.3)

MARIA ORLANDINA JACÓ

**A PARTICIPAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA ESCRAVA NA VILA DE
CAJAZEIRAS NO SÉC. XIX.**

Aprovada em _____ / _____ / _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Osmar Luiz da Silva Filho

Francinaldo de Sousa Bandeira
Examinador

Isamarc Lobo
Examinador

Com muito carinho, às amigas
Janilda e Rita Leite.

AGRADECIMENTOS

À **UFCG**, pelo apoio e confiança, em especial a Socorro Caldeira e Francinaldo Bandeira.

Ao Prof. Osmar Luiz da Silva Filho, pela orientação e ensinamentos.

À meus pais (In memoriam) e meus irmãos pelo carinho e incentivo.

Aos meus amigos e a todos que, de alguma forma, contribuíram na elaboração deste trabalho.

APRESENTAÇÃO

Este trabalho é um estudo feito em documentos escritos do séc. XIX, que têm como referência, escrituras de compra e venda de escravos, cartas de alforria e inventários, da Vila de Cajazeiras, interior da província da Paraíba do Norte. Os citados documentos passam informações a partir da década de 60 do século XIX, quando a Vila de Cajazeiras fazia parte da comarca de Sousa. Diante desse corpo documental, percebe que, a transação comercial que envolviam os escravos, abre espaço para diversos questionamentos, como por exemplo, o cotidiano de uma história local, a comercialização através de hipoteca, e finalmente, a necessidade de testemunhas no registro de cartório, os quais me despertou a refletir qual o poder de articulação dessas testemunhas. Tentei descobrir se elas eram nomeadas por acaso, ou se havia uma comunicação prévia para comparecer ao cartório em determinado dia. A assinatura das testemunhas foi elemento constante em todos os documentos que pesquisei, certamente sua importância também era fundamental para tornar legal a comercialização cativa. Não resta dúvida, que a descendência dessas testemunhas, era de famílias que se destacavam socialmente. Ainda discutindo a condição escrava numa sociedade emergente, além de testemunhas, também aparecem nos documentos personagens importantes tais como, vendedor, comprador e a presença de famílias tradicionais como os Albuquerque e Rolins, que entraram em declínio econômico na década de 80. Também estão explícitas nas fontes que os escravos da Vila de Cajazeiras eram comprados na forma privada, e não em leilões, como acontecia em outras regiões do Brasil. Os escravos na Vila de Cajazeiras, eram mercadorias valiosas. Porém na década de 80, não mais aparecem na relação das famílias tradicionais, segundo os inventários pesquisados nos primeiros indicadores de decréscimo econômico, a saída era manter o que restava da "fortuna". Percebe-se também que os moradores dos oitocentos na Vila de Cajazeiras, não ofereciam conforto, como também, era comum no período colonial e imperial no Brasil. Para a minha surpresa, ao ler os inventários da década de 80, a relação de bens dos senhores, com exceção de pequenos sítios, restringia-se basicamente a móveis e utensílios domésticos de pouco valor comercial, e outrora, as mesmas famílias investiam seus recursos quase que exclusivamente em escravos. Para obter uma pesquisa mais satisfatória, busquei apoio teórico na historiografia ligada à história social e micro história. Fundamentada em minhas inquietações sobre os oitocentos na Vila de Cajazeiras,

e com a parceria entre as fontes documentais e a historiografia recente sobre o tema da escravidão, busquei vários questionamentos para a construção de uma história social baseada na realidade local.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO 1 - ESCRAVOS NA VILA DE CAJAZEIRAS: AS TRILHAS DE UMA HISTÓRIA SOCIAL	10
CAPÍTULO 2 - DÉCADAS DE MUDANÇA: OS ANOS 80 DOS OITOCENTOS NA VILA DE CAJAZEIRAS	19
CAPÍTULO 3 - JANELAS PARA A HISTOGRAFIA E A ESPECIFICIDADE DE NOSSA INVESTIGAÇÃO	25
CAPÍTULO 4 - AS POSSIBILIDADES DE CONSTRUÇÃO DE UMA HISTÓRIA SOCIAL	31
5. CONCLUSÃO	40
6. REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO	41

INTRODUÇÃO

O Objetivo da presente pesquisa, é fazer uma discussão da razão histórica, sintetizada, a partir de um estudo sobre a participação da mão-de-obra escrava na Vila de Cajazeiras, na segunda metade do século XIX, mais especificamente nas décadas de 60 e 80.

A metodologia que se utilizou para a investigação desta pesquisa, foram fontes documentais escritas e fontes bibliográficas. As fontes escritas foram escrituras de compra e venda de escravos, cartas de alforrias e inventários dos séculos XIX da Vila de Cajazeiras.

O apoio bibliográfico utilizado foi uma recente histografia sobre escravidão no Brasil sobre a História local, social e micro-história. Na teoria destacam-se os seguintes autores: Kátia M. de Queiroz Mattoso (1990), Osmar Luiz da Silva Filho (1999), Durval Muniz Albuquerque Júnior (1999), Suely R. Reis de Queiroz (1998), Gilberto Freire (2000), entre outros. Também, utilizou-se a coletânea “História da Vida Privada” composta por vários autores como por exemplo: Slenen e Hebe Matoso Castro.

Dentre as várias vertentes históricas que temos conhecimento, optamos por uma história que retratasse o cotidiano dos atores sociais, as relações de classes sociais diferentes, numa época em que não era muito difícil polarizar a condição social do homem.

Portanto, na escolha do tema “escravidão”, fez-se um apanhado sobre a relevância social e econômica do cativo, desde a sua chegada na citada Vila até a sua comercialização, comparando o preço do escravo de Cajazeiras com o preço do escravo do Recôncavo baiano e da Província de São Paulo da mesma época.

Nos documentos oficiais, percebe-se fortemente a presença das famílias dos Albuquerque e as Rolins, pelos quais denominam-se de famílias tradicionais, devido os citados sobrenomes, sempre aparecerem em documentação investigada e ocupando cargos superiores, como escrivão de Cartório e Senhor de escravos, principalmente na década de 60, porém nos documentos da década de 80 do mesmo século, foram coletadas informações, pelas quais essas famílias entravam em declínio econômico de forma expressiva, que mesmo assim, faltando cerca de oito anos para acontecer a abolição da escravatura, elas não mais possuíam escravos.

1. ESCRAVOS NA VILA DE CAJAZEIRAS: AS TRILHAS DE UMA HISTÓRIA SOCIAL

Era o ano do nascimento do nosso Senhor Jesus Cristo de 1865 (mil oitocentos e sessenta e cinco), portanto, na segunda metade do século XIX, no interior da Província da Paraíba, e especificamente na Vila de Cajazeiras onde ocorriam transações comerciais que já era uma atividade rotineira da época. Porém, a exemplo do restante do Brasil, também era comum a compra e venda de escravos, e paralelo a isso, acontecia também a compra de liberdade “social”, traduzida em cartas de alforria. Embora na Vila de Cajazeiras a realidade cultural e social fosse uma extensão da sociedade escravista brasileira da época, seus habitantes e diga-se de passagem, uma pequena parcela da sociedade, já contava com um nível de educação formal, apesar de sua localização interiorana. Assim relata Silva Filho, num estudo sobre a Província de Paraíba:

O núcleo de Cajazeiras aparece em 1854, como um centro que surge dentro de uma data de sesmaria, estimulado por uma escola de instrução primária, fundada pelo padre Inácio Rolim. A vinda de alunos de várias áreas limítrofes à Paraíba, concede o expressivo crescimento do Colégio que, comparando-se ao da capital, torna-se expressivo visto não termos, outras escolas de instrução primária consideradas pela estatística dos relatórios da Província. (Silva Filho, p. 90, 1999).

Certamente os beneficiados em freqüentar a citada escola pertenciam às famílias tradicionais.

A propósito, vamos apresentar aqui, o resultado de uma investigação, que tem a intenção de revelar dados de uma realidade social expressa em documentos oficiais, mas que nos proporcionou questionamentos sobre um cotidiano que pode ser chamado de história local, destacando alguns quesitos que direto ou indiretamente envolvia a questão social do escravo e não simplesmente, as tramas ligadas à elite, como na história tradicional, apesar de nossa fonte de pesquisa pertencer à linha de registros oficiais deixadas pelo homem branco dito como “superior” aos demais.

O escravo, como uma das mercadorias mais valiosas da época, para ser negociado na Vila de Cajazeiras, era necessário o registro em cartório e depois o pagamento do imposto na coletoria, na presença de no mínimo duas testemunhas, que assinavam o documento comprovando a importância de sua presença tanto nas escrituras de compra e venda de escravos, como em cartas de alforria. Em alguns casos, o possuidor do escravo que obviamente estava vendendo a mercadoria, era chamado de contratante enquanto que “o comprador já se dava por empossado”.

Na comercialização, o escravo também era utilizado como hipoteca, que era uma forma de assegurar o pagamento de uma dívida, e no caso na utilização de escravos como está explícito num documento de 1867:

(...)Escritura de compra e venda de escravo, de vinte anos de idade, solteiro, natural de freguesia de nação crioulo, de cor mulato, livre e desembaraçado como consta das escrituras existentes neste cartório por hipoteca. fixado entre João de Brito como hipotecário e como hipotecante, Manoel do Nascimento, na quantia de um conto e duzentos mil réis(...)

Seja por hipoteca, deixado por herança ou negociado na forma mais comum, o que importa é que o valor de escravo era uma referência de bens de valor, para quem o possuísse. Mas, por que tanta burocracia, numa época em que não era ilegal comprar e vender seres humanos? Ou esses seres humanos, quando possível e em atos de desespero serem obrigados comprarem sua própria liberdade? Nesse sentido, eram muitas as desvantagens da condição involuntária de ser escravo, numa sociedade de comércio emergente em que o lucro era uma preocupação que basicamente especificava a mercadoria que era o escravo. Portanto, ao nosso ver o ato de legalidade era o principal quesito que antecedia a idéia de posse entre os compradores de escravos. Apesar de estarmos falando de negociações que na compra de seres humanos, há uma personagem de grande relevância nesse processo, o escrivão de cartório, Vital de Sousa Rolim, nome que aparece muito fortemente nos documentos que avaliamos dos anos de 1864, 1865, e 1866, sobrenome que está ligado a uma família tradicional, primeiro pela sua função de trabalho, e depois porque esse é o mesmo sobrenome do fundador da primeira escola primária de Cajazeiras o padre Inácio Rolim.

Na leitura dos citados documentos, é bastante perceptível a presença de outras famílias tradicionais. E o que nos direciona esse questionamento, é a repetição de vários sobrenomes, quando se trata da trilogia em elementos fundamentais na compra e venda de escravos: vendedor, comprador e testemunhas. Além da família Rolim como já citamos, os nomes mais comuns encontrados são os das famílias Sousa, Miranda e principalmente a família Albuquerque. Destacamos esta última, porque não muito raro, tantos nas cartas de alforria como nas escrituras de compra e venda de escravos, essa família ocupa lugar especial como comprar, vender ou herdar escravos. Vejamos esta passagem que consta numa carta de alforria de 1964, que menciona a questão de herança: *“Um escravo crioulo de nome Jacó, idade de 70 anos mais ou menos, o qual herdamos parte do falecido José de*

Albuquerque que nossas mulheres. Temos nelas dada de livre vontade sem constrangimento algum”.

‘ A mesma família aparece no caso de testemunhas numa carta de alforria do dia vinte e dois de setembro de 1865. “Nós abaixo assinados somos senhores e procuradores de uma escrava de nome Maria de nação Angola... Assina as testemunhas: Joaquim José da Silva, Cosme de Guerra, José Vicente Pereira, José Alexandre de Albuquerque” (grifo nosso). Um outro Albuquerque (grifo nosso) também é citado na compra de escravos em 1866 “escritura de compra e venda de um escravo de nome Manoel, vendedor Frederico Borges de Miranda ao comprador Manoel Cezário de Albuquerque (grifo nosso) como abaixo declara em seis de dezembro de 1866”.

‘ Como acabamos de relatar, a família Albuquerque (grifo nosso) teve importante participação no negócio de escravos na vila de Cajazeiras. Não importa se era comprando, herdando ou testemunhando o destino dos negros, mas pelo fato dessa família participar de transações que envolviam os cativos, provavelmente o sistema escravista em muito lhes beneficiava.

‘ A nossa escolha em citar a família Albuquerque (grifo nosso) como referência de famílias tradicionais da época, é pelo fato de sua presença sempre constar em momentos diferentes da vida do escravo, num período da história em que *possuir escravo* era sinônimo de *status*. No entanto, não pretendemos identificar um tipo específico de família tradicional em Cajazeiras, porque também não sabemos se existiam outras fontes econômicas além do lucro através da exploração cativa.

‘ Fizemos um breve comentário sobre a importância de um componente da hierarquia social da sociedade escravista, que era a família tradicional. E os escravos? Também pertenciam a alguma família? Segundo alguns dados da historiografia mais recente, na população escrava no Brasil, às vezes se constituíam vivência familiar escrava ilegal ou não, e apesar de todas as imposições apresentadas ao negro, em vários casos, a necessidade de um apoio familiar resistia à exploração cativa.

Segundo Suely Robles Reis de Queiroz, num estudo sintetizado sobre escravidão no Brasil, alguns pesquisadores como Iraci Del Nero, Robert Slenes, Horácio Gutierrez, José Flávio Mota dentre outros que alegam a idéia de existência de famílias escravas no Brasil, e afirma:

Os muitos estudos de natureza demográfica, todos baseados em listas populacionais de diversos tipos que relaciona o número de cativos, o seu estado

civil, a quantidade de filhos, levou os autores a encarecerem o significado da família escrava e a contestarem os estudiosos que a negam. (Queiróz., p.112, 1998)

¹ Suely Robles adverte que era relativa a constituição da família cativa, e nem predominava o tipo de vivência exigido pela família nuclear, conceituada como um grupo constituído de pai, mãe, filhos legítimos ou não, vivendo sobre o mesmo teto em caráter privado e permanente. Sabe-se que há dificuldades, tais como: os senhores priorizavam escravos do sexo masculino, infanticídio, falta de privacidade e pouca expectativa de vida. Esses são fatores importantes que beneficiavam em alguns casos a não vivência familiar. Porém, não foram empecilhos suficientes para a formação de famílias em alguns recantos do Brasil.

Suely Robles, ainda faz referência a uniões conjugais em Campinas Província, de São Paulo, do período de 1872 – 1888, também no município de Lorena em 1901. Estudos esses, pesquisados por Slenes, Iraci Del Nero e Stuart Schwartz. Porém a citada historiadora, ao mesmo tempo em que apresenta estudiosos que afirmam a existência de famílias cativas, tem a preocupação de mostrar historiadores que discordam dessas vivências, como Florestan Fernandes, Emilia Viott, Kátia Mattoso dentre outros.

¹ Na Vila de Cajazeiras aparentemente não houve famílias escravas. Na maioria dos documentos em que pesquisamos, não aparece sobrenome dos escravos, muito embora saibamos que o nome não servia para identificar os escravos como pessoas. Mas nos documentos de Cajazeiras, mais do que o nome, existe uma preocupação em mostrar o estado civil dos escravos e curiosamente nota-se que o índice das cativas solteiras era bem maior do que a quantidade dos escravos solteiros. Essa questão fortalece o pensamento dos que defendem a dificuldade de constituir matrimônio na escravidão no Brasil. Mas nem por isso pode-se afirmar que não houve família escrava no sertão da Paraíba. Está claro nos documentos analisados, que a importância do estado civil de quem estava sendo negociado e provavelmente a condição de não ter laços sentimentais com outros escravos beneficiava o comprador. De certa forma poderia evitar motins, rebeliões ou outros movimentos de resistência.

¹ Na opinião de Kátia Mattoso, o escravo brasileiro não tinha necessidade de formar uma família oficial, por vários motivos, dentre os principais, podemos citar: a vida rotineira do escravo em nada mudaria, as imposições religiosas não atingiam regiões mais longínquas, e o concubinato também era o meio conjugal utilizado pelo branco pobre.

Portanto “somente classes dominantes consideram o casamento católico uma exigência social”. Porém, a própria autora reconhece que havia famílias de escravos no Brasil, que nem era do tipo nuclear e nem do tipo constituído na África. Na África, por exemplo, eles poderiam viver no mesmo teto não apenas pais e filhos, mas também tios, tias... No Brasil, os cativos perderam a sua “essência” ficando desvinculados de sua linhagem. E os poucos casamentos ocorriam no meio urbano, recebendo apenas o sacramento religioso, que em nada impedia de os donos de escravos venderem a família separadamente. Só em 1869 é que o direito civil proíbe a venda separada de casais escravos, um direito que foi usufruído por pouco tempo, pois antecedia em menos de três décadas a abolição da escravatura.

¹ Os escravos que chegavam até a Vila de Cajazeiras evidentemente, depois de vindos da África, geralmente eram procedentes de Vilas da mesma região ou das províncias vizinhas como do Seridó da Província do Rio Grande do Norte. Esta atitude de comprar escravos em lugares mais próximos evitava maiores despesas e fortalecia o comércio interno. Os documentos que estudamos não esclarecem se existiu outra maneira de se comprar escravo na Vila de Cajazeiras além da forma já citada. Essa nossa preocupação faz sentido porque ocorreram outros tipos de negociações com os cativos do nordeste, como relata os estudos de Kátia Mattoso em sua publicação *Ser Escravo no Brasil*:

(...) no século XIX, e sobretudo no período em que o tráfico se torna ilícito, as vendas privadas de escravos tendem a substituir as vendas públicas. A enorme transferência de mão-de-obra servil proveniente do norte e do nordeste após 1850 parece ter sido feita através de vendas de caráter privado. No entanto, não se deve excluir interiormente a possibilidade de concorrência de ofertas nos mercados da época, quando a demanda é forte. A venda em leilões não desaparece completamente após 1850, como demonstram os anúncios publicados nos jornais da época(...) (Mattoso, 3ª ed., p. 73-74, 1990).

A autora sempre faz referência à Província da Bahia, portanto, Norte com o mesmo perfil agrário do interior da Província da Paraíba. Certamente essa variável – aquisição da forma privada - de como o escravo era comprado em Cajazeiras, seguia uma regra distinta do restante da região. Porém, lembramos que, nesse momento já era notável a escassez de escravos, também por isso, a sua negociação merecia maiores precauções.

¹ Como não se tem informações anteriores à década de 60, não é possível saber se houve vendas de cativos em leilões ou em outro tipo de venda menos formal no sertão da Paraíba. Ainda segundo Kátia Mattoso, essa compra particular de escravo, obedecia a alguns princípios importantes à realidade vigente, como acordos entre vendedor e comprador, muito embora o preço da mercadoria não fosse padronizado. Essa maneira de

comprar escravos foi mais utilizada quando o tráfico estava mais organizado, e a princípio essa modalidade era uma característica do meio urbano, onde os compradores preferiam os negros especializados que comumente seriam destinados ao trabalho de aluguel, pois os escravos prestavam serviços na cidade e a remuneração era do seu possuidor.

¹ No século XIX, a venda privada se torna ainda mais comum. Quando os senhores estavam em crise financeira se desfaziam de alguns escravos para pagamentos de dívidas. Nesse momento, também é muito importante o aparecimento das instituições bancárias, em que os senhores da cidade preferem comprar ações em bancos e investir em imóveis a comprar escravos, mesmo na forma particular. Isso não era negócio indicado em centros maiores como na Bahia.

¹ E os escravos da Vila de Cajazeiras tinham alguma especialidade? Nos documentos que analisamos, existem omissões quanto a essa questão. Apesar disso na citada Vila, na época, demonstrava um pequeno desenvolvimento comercial, sua posição geográfica e social tem mais referência ao sertão. Possivelmente, o ofício de seus escravos fosse distribuído de maneira diversificada; um tanto ligado ao meio rural com o trabalho agrícola que geralmente era mais penoso, ou um tanto urbano com o trabalho especializado como Kátia relata o caso da Bahia, que geralmente os negros ocupavam ofício de “...pedreiro, carpinteiro, pintor de paredes, tanoeiro, carregador, vendedor de frutas e legumes”, ou simplesmente escravo doméstico, que exercia uma atividade menos pesada. Portanto fica a dúvida quanto à profissão dos escravos que viveram em Cajazeiras depois da segunda metade do século XIX.

Na questão do preço do escravo Robert W. Slenes em sua publicação, sobre preços de escravos depois de 1850, faz a seguinte transcrição, em relação a um inventário encontrado no oeste paulista, mais precisamente em Campinas:

Julgo [...] que a humanidade e a boa razão exigem que ao herdeiro Isidoro se dê em quinhão a escrava Ana, de 1:400\$, (um conto e quatrocentos mil réis) e aos herdeiros Eufrásia e Martiniano se dê a escrava Maria de 1:800\$ (um conto e oitocentos mil réis). Ora, Isidoro era filho de Ana, assim como Eufrásia e Martiniano eram filhos de Maria. Sampaio Peixoto também julgava conveniente que não vá para a praça o escravo Francisco Velho, avaliado por 400\$ (quatrocentos mil réis) (...) (Slenes, p. 257, 1997).

Percebe-se portanto, que na citada região era elevado o preço do escravo e principalmente nesse caso, apresentando em maior quantidade o preço de escravas. Porém, certamente tratava-se de escravos jovens, também em bom estado de saúde. Já na opinião de Kátia Mattoso, “o preço do escravo é um jogo de variáveis” que varia do sexo, idade,

conjuntura econômica.

¹ Sendo que, a primordial importância era a concorrência entre as grandes potências no mercado de escravo. Ela também, relata que, os anos de 1850-1888, foram períodos conturbados no império, porque aconteceram fatos que afetou a economia como inflação e o fim da guerra do Paraguai, e em contrapartida entre 1860 e 1870, foi o período em que o preço do cativo foi mais elevado, e que esse preço, só entrou em declínio nos anos 80, na intensidade de chegada dos imigrantes que já havia começado desde os anos 60, para substituir a mão-de-obra escrava.

Kátia Mattoso, ainda faz um comparativo entre o preço do escravo, do açúcar e o preço do café na Bahia nos anos de 1750 a 1888. Vamos aqui descrever os preços relativos aos anos de 1860 e 1870, que é o período em que se baseia a nossa pesquisa.

¹ Segundo a citada historiadora, em 1860 (mil oitocentos e sessenta) o preço médio de um escravo, era de 650.000 réis, de uma arroba de açúcar 6.675 réis e de uma arroba de café 6.735. Em 1870 (mil oitocentos e setenta) o preço do cativo era de 650.000, a arroba de açúcar custava 6.510 e a arroba do café custava 6.030. Contudo, sabemos que esses dados não podem ser considerados como uma real padronização de preços, porque nessa informação, não aparece idade, sexo ou outras distinções que eram importantes às variáveis dos preços dos escravos.

¹ Na Vila de Cajazeiras, nos anos 1865 (mil oitocentos e sessenta e cinco) a 1867 (mil oitocentos e sessenta e sete), o preço que aparece na documentação é de acordo com a idade, ou seja, quanto mais jovem mais caro, e em alguns casos quando o cativo tinha 70 anos ou mais, não aparece o preço. Por exemplo, um escravo de 20 anos em 1865 (mil oitocentos e sessenta e cinco) custava um conto e cento e noventa mil réis, outro com a mesma idade em 1867 (mil oitocentos e sessenta e sete), custava um conto e duzentos mil réis. Com 27 ou 28 anos, em 1866 custava um conto e sessenta mil réis. Enquanto que em 1865 e 1866 o preço médio de um escravo com idade entre 40 e 58 anos ficava numa média de duzentos a trezentos mil réis, acrescentando-se ainda a taxa da coletoria, que na época era de duzentos mil réis, conforme quadro demonstrativo:

IDADE	PREÇO	ESCRITURA DE COMPRA E VENDA	ANO	CARTA DE ALFORRIA
70 anos	-	-	1865	Herança
45 anos	Duzentos mil réis	-	1865	Herança
27 ou 28 anos	Um conto e sessenta mil réis	X	1866	-
58 anos	-	-	1867	Herança
20 anos	Um conto e duzentos mil réis	X	1867	Hipoteca
42 anos	Trezentos e noventa mil réis	X	1865	-
20 anos	Um conto cento e noventa mil réis	X	1865	-
8 anos	Seiscentos mil réis	X	1865	-

¹ Quando comparamos os preços do cativo em Campinas, estudado por Slenes no oeste paulista e os preços na Bahia estudados por Kátia Mattoso, com os preços comercializados na Vila de Cajazeiras, concluímos expressivas diferenças na questão dos preços na citadas localidades. Portanto, não podemos considerá-los similares, principalmente porque existe escassez de informações básicas nas três localidades como as seguintes: No estudo sobre Campinas, o autor apóia-se mais aos preços de escravas, certamente os cativos masculinos eram mais caros. No caso da estatística da Bahia, os preços não são apresentados em modalidades importantes como sexo e idade. E na Vila de Cajazeiras aparece a sua superioridade nos preços de escravos jovens, independente dos sexos, sendo que o cativo a partir dos 40 anos já era vendido a preço inferior.

Porém, em algumas cartas de alforria, existe uma maior preocupação em apresentar a cor, estado civil, nação, deixando claro que o referido escravo estava recebendo o direito de “gozar a liberdade”, sem revelar o preço dessa liberdade.

¹ Dessa forma os elementos investigados abrem as janelas do significado par um mundo social existente na Vila de Cajazeiras, onde cativos e homens livres estabeleciam as suas experiência em torno do mundo do trabalho, universo revelador de “determinadas

questões” que iremos analisar no capítulo seguinte, como o declínio das famílias tradicionais na década de 80, dentre outros indicadores.

2. DÉCADA DE MUNDANÇAS: OS ANOS 80 DOS OITOCENTOS NA VILA DE CAJAZEIRAS

‘Ainda com interesse de investigar a constituição da riqueza da Vila de Cajazeiras, além das Escrituras de Compra e Venda de escravos e cartas de alforria, também pesquisamos inventários da década de 80 do séc. XIX, do qual utilizamos como referencia social e econômica, famílias tradicionais, como os Rolins e os Albuquerque, ambas citadas anteriormente na questão de compra e venda de escravos na Vila de Cajazeiras, no séc. XIX.

‘Ao compararmos as informações contidas nos inventários, da década de 80 do séc. XIX, às escrituras de compra e venda de escravos na década de 60 do mesmo século envolvendo as famílias Albuquerque e Rolim, percebemos grandes mudanças de cunho econômico caracterizado principalmente, no tipo e valor dos bens deixados para os herdeiros, embora seja uma diferença de vinte anos entre uma década e outra. O nosso questionamento é para sabermos se houve um declínio financeiro na economia da região da Vila de Cajazeiras, ou se apenas essas famílias não souberam administrar seu patrimônio. Para tanto, queremos saber o porquê de os escravos não aparecerem na relação de bens dos inventários. Para nos satisfazermos com esse último questionamento, lembramos que no ano de 1882 (referência de nosso estudo), já é praticamente vésperas da abolição da escravatura. É um período da História do Brasil, no qual não é mais interessante obter cativos como bens, porque a estrutura da sociedade escravocrata estava política, econômica e socialmente desgastadas. Portanto, havia a necessidade de outros investimentos econômicos, e não necessariamente comprar e vender escravos.

‘Ainda nas informações dos inventários, existe uma preocupação em descrever os bens dos senhores, nos mínimos detalhes, inclusive alguns deles, na atual realidade econômica, teria no máximo, valor estimativo. Vejamos a seguir, algumas passagens de um inventário do dia 26 de abril de 1882, cujo inventariante, Custodio de Sousa Rolim, e os inventariados Maria da Conceição de Jesus e Ronivaldo de Sousa Rolim, juram em nome do Nosso Senhor Jesus Cristo, possuírem os seguintes bens: “ (...)um jogo de caixas avaliado em R\$ 6\$000 réis mesa de cedro velho com uma gaveta avaliada em 1\$000, uma cela velha 2\$000 réis, um oratório contendo duas imagens, uma do Senhor Crucificado e outra de Nossa Senhora da Conceição pela quantia de 12\$000(...)”

Segundo o inventário, esses eram tipos de bens móveis que tinham menor valor comercial. Portanto, se analisarmos o patrimônio da família Rolim no final do séc. XIX a

partir desses dados, fica duvidoso se nessa época, a citada família ainda mantinha a tradição dos anos 60 que constatamos anteriormente. Porém, quando observamos atentamente à redação dos inventários, o escrivão tinha o rigoroso critério de classificar os bens de raiz que eram os mais caros. Logo após era feita a avaliação geral e a partilha entre os herdeiros.

¹ A nossa insistência em afirmar que houve um declínio financeiro nas famílias tradicionais de Cajazeiras, é porque é do nosso conhecimento que o escravo no séc. XIX no Brasil, ainda era símbolo de “status” social. E nos inventários sempre aparecem bem clara a expressão “não possuía bens semoventes” ou “o casal não possui dinheiro”, e ainda “não existe nem ouro nem prata”. Logicamente que os bens semoventes não eram necessariamente escravos. Poderia ser algum animal que era um acessório quase obrigatório para o homem da época, principalmente do meio rural, onde a utilidade desse bem variava desde a alimentação até como meio de transporte.

¹ Ainda relatando a questão econômica daquelas famílias, e observando o tipo e o valor dos móveis citados nos inventários, certamente a casa que acomodava esses móveis era precária, e as moradas não eram confortáveis. Porém não nos esqueçamos de que ter uma boa residência para morar era muito relativo tanto na Colônia como no Império, nesses dois períodos da História do Brasil. A opulência necessariamente não significava conforto. Mas em Cajazeiras, poderia ocorrer o que acontecia em Pernambuco também no séc. XIX, ou seja, um declínio econômico entre os grandes proprietários de terra, fato comum no séc. XIX. Gilberto Freyre faz uma referência a essa questão em Sobrados e Mucambos:

... os grandes proprietários de terra, tão poderosos a princípio, acabaram todos um reis Lear, sempre traídos por filhos doutores e por filhas casadas com bacharéis que abandonassem as velhas casas-grandes de engenho e de fazenda como navios que não tardassem a naufragar; traídos por el-Rei que dantes fizera todos as vontades e todas as festas; traídos pela Igreja que outrora os adulara, do porte familiar rural, no Brasil, não foi tão simples; nem a ascensão burguesia tão rápida ... O Estado foi afinal o “grande asilo das fortunas desbaratadas da escravidão... (Freyre, p.200, 2000).

¹ Em Pernambuco, segundo Gilberto Freyre, os senhores arruinados, atribuíram seus fracassos a vários setores da sociedade, inclusive, a própria família. Eles sentiam a falta dos privilégios e da mobilidade social, antes pertencentes quase exclusivamente a sua classe. Não admitiam transferir sua boa posição social aos outros setores da sociedade, que antes os próprios senhores os classificavam de inferiores como os comerciantes, por

exemplo. Era o momento em que a Igreja não julgava necessária, a parceria com a elite rural, também porque aqueles que emergiam com o comércio nos centros urbanos, também assediavam o poder político, econômico e social, certamente seriam possíveis aliados da Igreja. Às famílias patriarcais restava o apoio do Estado, que outrora também se beneficiava com monopólio exclusivo dos grandes proprietários. Enfim, essa era a realidade da província de Pernambuco argumentada e defendida por Freyre no final do séc. XIX.

‘ E no Estado da Paraíba ou melhor, na Vila de Cajazeiras, qual seria o asilo das famílias tradicionais em declínio? Ao que nos parece claro, os senhores arruinados da localidade do nosso estudo não tinham a quem recorrer e as únicas alternativas eram manter o que restava da fortuna, no mínimo registrar os bens oficialmente nos inventários e deixar para os herdeiros. Essas medidas seriam formas preventivas para zelar o patrimônio? Quais seriam as iniciativas utilizadas na forma documental para informar ao Estado a situação financeira de famílias que a menos de vinte anos poderiam ser referência para a economia local? Para confirmar esses questionamentos, basta voltarmos ao estudo de cartas de alforrias e escritura de compra e venda de escravos do século XIX na Vila de Cajazeiras, e percebemos sem muito esforço que, no final da década de 60, pessoas das famílias Rolim e Albuquerque compravam escravos a preços altíssimos. Porém, não sabemos o porquê dessas famílias não terem permanecido com o mesmo poder aquisitivo em menos de vinte anos como no caso da família Rolim, que no ano de 1882, o Senhor Custodio de Sousa Rolim, tinha seus bens avaliados segundo o juiz da época, em apenas 215\$120 (duzentos e quinze contos e cento e vinte mil réis).

Mesmo na descrição dos bens de raiz que eram os mais caros, segundo o próprio dono e avaliação do juiz da época, percebemos também, que os investimentos eram ligados ao meio rural.

‘ Isso é um indicador de que na Vila de Cajazeiras, ainda era muito presente a rotina do campo, com elementos importantes que lembram a economia agrária escravista. Veja a seguir a descrição dos principais bens da família Albuquerque no ano de 1881:

(...) um sítio com quatro braças de terra, sendo uma de quatrocentos braças de terra, seiscentos de fundo, comprado a Manoel Gomes, na data de Baixa Grande e Cacaré deste termo a primeira por 80\$000 e segunda 20\$000, com uma casa grande de morada de frente de tijolo de duas portas e duas janelas e sótão, três casas de taipa com açude de terra e um engenho de madeira novo, uma pequena fornalha de telha e um engenho de madeira novo (...)

‘Nesse pequeno texto estão explícitos dois tipos de moradas num mesmo sítio, certamente, residiam tipos sociais diferentes. Porém, divergências à parte, nessa citação, a casa grande é muito semelhante às casas de taipa, sendo assim, é necessário deduzirmos que, o conforto ou não era prioridade, ou não era mais possível diante da conjuntura econômica. Freyre nos adverte que no geral e em específico em Recife, não houve muita diferença na construção de casa do período colonial e do período imperial, e traz a seguinte explicação:

No Recife, nos últimos anos de era colonial e dos primeiros da independência, as casas –grandes de sítio floresceram menos como residências do ano inteiro do que como casa de verão, onde os moradores mais ricos, sem se afastarem muito dos seus sobrados da cidade, iam passar a festa e fazer suas estações de água, tomando banho de rio e chupando caju por alimpar o sangue modificado o costume prolongou-se até o fim do século XIX. (Freyre, p. 220, Ed. 12º, 2000).

‘A semelhança entre esse comentário de Freyre e a realidade da Vila de Cajazeiras, é que em ambos os casos, os sítios são importantes. No primeiro, o sítio é uma fonte de lazer e no segundo é parte de uma herança. Mas o nosso propósito em relação à conjuntura econômica da Vila de Cajazeiras no séc. XIX, é questionar algumas dicotomias, como por exemplo, no inventario de 1881 dos Albuquerque, está nitidamente escrito que, entre os bens de raiz, que ao nosso ver eram os mais valiosos, existiam três casas de taipa com um açude e um engenho de madeira. Na verdade, esperávamos que ao invés de casas de taipa, ainda existissem senzalas para realçar com o engenho de madeira e a casa grande. Porém, como no inventário não aparecem escravos como um bem, certamente o tipo de trabalho executado na lavoura, já era mão-de-obra livre. O que nos garante que esse engenho estivesse em pleno funcionamento? Pelo menos o seu dono tem a cautela de afirmar que era o engenho de madeira novo.

‘Nesses relatos ocorridos no ano de 1881, estão faltando apenas oito anos para oficialmente acontecer a abolição, e abrem dois pilares para discussões: Ou os senhores não tinham mais recursos para investir em escravos ou estruturavam engenhos na esperança de ainda obter cativos nos seus domínios. E esse último, será a justificativa para a compra de um engenho novo no fim do século XIX.

Quando retornamos a Rolim e analisamos as descrições dos bens de raiz, percebemos uma menor diversidade no tipo de bens, e estes teriam origem de vários compradores. Mesmo assim, percebemos pequenas diferenças na questão econômica entre os Albuquerque e os Rolins.

'A seguir vamos manter um pequeno texto sobre os bens de raiz da família Rolim, segundo o inventário de vinte e seis de abril do ano de mil oitocentos e oitenta e dois, pertencente a Dona Maria da Conceição de Jesus e Ronivaldo de Sousa Rolim:

(...) cento e oito braças de terra no Sítio Cacos, data denominada da cachoeirinha deste termo com parte de terra, sendo doze braças de testa, transmissão de herança de Joaquim Lopes de Andrade, pai do inventariante por herança de sua mãe Tereza Maria e as mais compradas a diferentes pessoas, cujo título foi apresentado a 130\$000, uma parte de terra na referida data de Cachoeirinha, no sítio São Bartolomeu, avaliada pelo inventariante, por herança de sua mãe Tereza por 9\$00, uma parte de terra água fria na referida data por herança de Joaquim Lopes, seu pai, contendo onze braças avaliadas a mil réis cada uma pela quantia de onze mil réis, uma casa velha de morada, com taipa no sítio coco, com oito partes e uma janela avaliada em 40\$000.

'A pouca diversidade dos bens da família Rolim, torna claro que nessa época na Vila Cajazeiras, comprar terras, eram prioridades em investimentos, mesmo que não correspondesse mais a realidade da mão-de-obra utilizada no período colonial e imperial.

' Já sabemos portanto, que a família Rolim, a exemplo da família Albuquerque no final da década de 80, já não mais possuía escravos, para tanto, o investimento na zona rural, mais especificamente em terras, seria para comportar ao trabalho livre.

Em relação ao tipo de morada, também não demonstrava conforto, apesar de estar descrito no documento descrever uma única casa de oito cômodos, mas esta era de taipa e com apenas uma janela, certamente essa morada teria pouca luminosidade, facilitando a transmissão de doenças ou dificultando a vida em sociedade dessas pessoas que moravam no sítio. Porém, não chegou ao nosso conhecimento, se nesse sítio havia residentes na casa, ou se restringia apenas a uma casa de veraneio.

' Contudo, o que nos importa nesse momento, é a condição econômica das citadas famílias, que a cada indicação de bens nos inventários, nos alertam para confirmar que o declínio financeiro dos Senhores da Vila de Cajazeiras é notório, não exclusivamente pelo fato de que não existiam escravos entre seus bens, mas pela razão de que comprar e vende-los em 1864 era sinônimo de poderio econômico.

' Atentamos agora, para as entrelinhas na partilha do inventário. Era a conclusão do documento, que finalmente estampava todo o patrimônio da família, em honra dos herdeiros que não recebiam a pequena fortuna em partes iguais. No inventário da família Rolim, aparece como título de herdeiro, o Senhor Custódio de Sousa Rolim de 50 anos, tendo como filho, "Josefa-9, Joaquim-8, José-1, Antônio-5, Jovi-4 e Custódio-9 meses".

Percebe-se que a família do Senhor Custódio não era muito pequena, muito embora, na época em estudo, fosse uma estatística comum um casal ter muitos filhos, principalmente em se tratando do meio rural. Certamente uma família mais acrescida significava orçamento familiar em maior proporção, no momento em que a conjuntura correspondia a conter despesas. Entretanto, a partir do próprio documento, não percebemos esta preocupação por parte do casal que ainda jovens tinha uma quantidade significativa de filhos.

Portanto, a participação das famílias tradicionais na economia da Vila de Cajazeiras, foi de muita relevância para a realidade local, seja em momento de auge ou de declínio econômico. Não podemos negar que essas famílias, principalmente os Rolins e os Albuquerque sempre se destacaram no período referente a nossa pesquisa, que compreende o percurso entre a década de 60 e 80 do século XIX.

3. JANELAS PARA A HISTORIOGRAFIA E A ESPECIFICIDADE DE NOSSA INVESTIGAÇÃO

Antes de nos determos com mais profundidade em nossa pesquisa, faremos uma revisão na literatura que se refere à escravidão na sociedade brasileira.

Para tanto, nos apoiamos teoricamente em diversos autores, e em prioridade vamos destacar o trabalho de Suely Robles Reis de Queiroz, 1998, na qual ela discute temas da escravidão argumentadas por alguns autores, e ao mesmo tempo identificá-los de acordo com as concepções adotadas por eles.

Apesar de diversos autores escreveram sobre o tema da escravidão, ele destaca principalmente, Gilberto Freyre, por ter sido precursor no assunto, e também pela forma branda que ele adotou para analisar a sociedade escravista no Brasil. Segundo Suely, o autor de Casa Grande e Senzala, consegue ser “conservador e revolucionário”, numa única obra, permitindo aberturas para ser denominado de paradoxal. Ela justifica o pensamento de Freyre:

Revolucionário quanto ao método-antropológico-cultural – quanto à originalidade da pesquisa dos fatos e a Força de interpretação dos mesmos, provocou a mudança de curso das idéias pseudo-científicas sobre a inferioridade da raça negra, ao destacar de modo incisivo as raízes africanas e a importância destas na cultura brasileira... conservador também. Seus argumentos para ressaltar a benignidade da escravidão revelam ter sido influenciado pelo pensamento conservador do século XIX, cuja substância seria “a apologia do passado e a conseqüente defesa do status quo”. Fontes daquela época como viajantes, os parlamentares que representavam os interesses dos proprietários saídos do Império, difundiram a idéia de brandura na escravidão devido à “índole” do povo brasileiro, “bondoso e equânime” por natureza. (Reis de Queiroz, p.104, 1998).

A maneira como Freyre tenta diminuir a diferença social entre senhores e escravos é relatada por Suely, também pelo fato de que as contestações sobre o pensamento Freyriano, não ocorreram de forma imediata, pelo contrário, influenciaram outros autores brasileiros e estrangeiros do século XIX. Porém, a partir dos anos 50 do século XX, com o fracasso da tentativa de “raça pura” da perseguição nazista, surge uma nova corrente historiográfica, com forte oposição à obra de Freyre, como Florestan Fernandes, Otávio Ianni, Emília Viotti da Costa, e Fernando Henrique Cardoso. Para esses autores, a escravidão era uma conseqüência do capitalismo comercial: “mercado e lucro”.

Suely também destaca outro pensador que polemizou as idéias de Freyre, que foi Jacob Gorender, que propõe um novo modo de produção escravista, para melhor

explicitar como se formou a sociedade brasileira, sob pena de que a violência física e psicológica sobre os cativos foram suportes para a inferioridade da massa escrava, e não deixa de lado a dinâmica do processo histórico como fez Gilberto Freyre.

Para esses escritores de pensamento contrário ao de Freyre, Suely os enquadra na historiografia revisionista, que é a ampliação da disseminação de um modo diferente de analisar a escravidão, inclusive com particularidades específicas, como é o caso de Clóvis Moura, que faz um estudo sobre a rebeldia negra na Bahia no século XIX.

Ainda sobre as particularidades da sociedade escravista, não citados por Freyre, Suely comenta o trabalho de Leila Mezan, que problematiza a escravidão urbana, denominada mais leve do que a rural, mas que não retira a violência sobre os cativos e nem ameniza as posições sociais entre senhores e escravos, como ela própria afirma que “fluidez do movimento vivenciado pelo negro de cidade não deve mascarar sua realidade nem ser confundida com a liberdade de fato”.

Em relação aos anos 80, Suely ressalta a importância de uma nova corrente historiográfica semelhante ao pensamento de Gilberto Freyre, defendida principalmente por Gorender denominada de “neopatriarcalismo”, porque ao seu ver o negro adquire espaço social de forma mais branda, como defendeu anteriormente o pernambucano Freyre, porém, numa situação menos agravante. Ela relata o trabalho de Kátia Mattoso, que aponta a escravidão no nordeste do Brasil, em dois pilares divergentes: de um lado um espaço social adaptável ao cativo, de outro, o espaço geográfico vulnerável a conflitos violentos e fugas constantes, nesse caso, o pensamento de Kátia Mattoso não nega a coisificação do escravo, embora ela própria tente omitir a existência da grande desigualdade social entre senhor e escravo.

Também na discussão sobre o que se aplicava aos cativos, Suely questiona a visão de Silvia Lara, que avalia o castigo físico como regra básica e necessária para educação e obediência dos escravos, uma pedagogia que lhes faria sentir-se como pessoas ativas, mesmo numa sociedade que lhes dava o valor comercial de uma mercadoria. Porém, não podemos esquecer que as avaliações de alguns autores como Silvia Lara, são baseados na historiografia que tiveram como fonte principal documentos manuscritos, que expressam a ideologia do homem superior da época, e não o cotidiano do negro, tal qual acontecia.

A historiografia que repensa e levanta polêmicas sobre a escravidão, de certa forma, tenta amenizar e distorcer as informações sobre a violência que era aplicada aos

escravos, como se fosse uma necessidade básica da época para manter o relacionamento entre senhores e cativos numa espécie de “contrato social”, para dar suporte à sociedade que os incluía em forma de poder no caso dos senhores, e de explorações e lucro no caso dos escravos.

As diversidades que a escravidão oferece para estudos é ampla, e recentemente há uma corrente de estudo peculiar à sociedade escravista, que é a família escrava, tema inclusive, que por muito tempo não era questionado por motivos simples, como por exemplo a rejeição em procriar por parte dos escravos, devido à rotina cruel da senzala, também pela predominância do sexo masculino dificultando as uniões conjugais, e finalmente por todos os males impostos aos negros através do modo de produção escravista que não oferecia expectativa de vida, fosse criança ou velho, homem ou mulher.

Segundo Suely, “fundamentando-se nessas realidades e nos testemunhos de época, os estudiosos negaram expressividade à família escrava, concluindo que a sociedade senhorial impediu o desenvolvimento da instituição” (Reis de Queiroz, 1998, p. 112) muito embora, estudiosos estrangeiros como Tannenbaum e Herbert Gutman, e estudiosos brasileiros como Iraci del Nero, Robert Slenes e Horácio Gutiérrez dentre outros, defendem que no Brasil, fortemente existiu famílias escravas. Suely especifica Slenes, que analisa uniões cativas como extra-oficiais e não necessariamente, compostas por mãe, pai e filho, mas, por laços de convivência e até por necessidade de um apoio para uma vida menos sacrificada pelo senhor dominante.

Esses critérios para se admitir a existência da família escrava, não significa que ela fosse comparada à família dos brancos. Portanto, fazem-se questionamentos pelo fato de existir dúvidas como por exemplo, a duração do casamento, dentre outros.

E é a partir dessas incertezas que alguns autores ousam em afirmar que as famílias escravas não existiram no Brasil.

Na verdade, existiu o motivo verídico e inquestionável para a formação da família escrava, que foi a predominância da presença de escravos do sexo masculino que eram os preferidos pelos senhores, e segundo alguns autores, isso já era motivo suficiente para a formação de laços conjugais e Suely é enfática quando afirma:

Os proprietários preferiam os homens, cuja constituição física suportava melhor as duras e exaustivas tarefas a eles impostos. A despeito dos autores como Herbert Klein e outros encontrarem explicações engenhosas para o desequilíbrio na composição dos sexos, descartando o fundamento econômico da escravidão, os números apresentados pelos pesquisadores são claros: apontam sempre maior quantidade de homens no cativeiro. Para citar apenas

um exemplo, nas tabelas organizadas por Robert Conrad.. o Rio de Janeiro contava em 1884 com 140.751 escravos e 117.487 escravas; Minas Gerais tinha 160.931 e 140.194 respectivamente e São Paulo, 96.737 homens e 70.756 mulheres cativas. Como se sabe, as três províncias concentravam, nessa época, o maior número de escravos no país.

Certamente, além desses citados motivos, existiam outros que fogem a nossa compreensão, porque não é difícil admitir que, numa sociedade em que o negro não era admitido como pessoa, o sentimento, a sua necessidade física ou biológica, também não eram respeitadas, principalmente, em relação ao sexo oposto. Além de existirem poucas cativas, a união conjugal entre escravos de fazendas diferentes, era proibida.

Vale acrescentar que, Suely ainda discorre de outros motivos citados pelos vários autores que acrescentam as listas que negam a formação da família escrava como, infanticídio, provocação de aborto, enfim, para o escravo não é interessante a procriação, porque o futuro não oferecia nenhum benefício à sua prole.

Em Sobrados e Mucambos, Gilberto Freyre, vê a escravidão como um pequeno mal, também focalizava a importância do intermediário que negociava o preço do escravo, e assim infrilando-se nas relações econômicas da época. Se não vejamos:

De modo que a figura do intermediário – negociando principalmente com escravos – não podia deixar de assumir importância considerável dentro do regime mórbido de economia patriarcal. Este exigiu pelas duas feridas sempre abertas da monocultura e escravidão. Duas bocas enormes pedindo dinheiro e pedindo negro. O intermediário viveu, como médico de um doente a quem explorasse, dessas feridas conservadas abertas. E as cidades começaram a crescer à custa dos senhores de terras e de escravos, assim explorados. (Freyre, p. 41, 2000).

Mas, é importante lembrar que a atividade do intermediário como também outras questões na visão de Freyre, refere-se principalmente à região açucareira do Nordeste, em específico, Pernambuco, que foi a principal fonte de sua inspiração. Portanto, não podemos generalizar a todas as práticas escravistas no restante do Brasil, mesmo porque o intermediário era uma espécie de capitalista, e como todo capitalista, visa ao lucro, e não necessariamente esse lucro, teria que ser em negociações que incluísse o escravo.

Freyre também teve a iniciativa de analisar os tipos de moradas da sociedade escravista, desde a acomodação dos cativos até às alcovas “luxuosas” dos senhores e classifica as habitações do Brasil patriarcal da seguinte forma:

(...) enquanto a casa de sítio – a chácara, como se diz da Bahia para o Sul – marcou a transição do tipo rural de habitação nobre, para o urbano. Três tipos distintos de casa e um só verdadeiro: a casa patriarcal brasileira com senzala,

oratório, camarinha, cozinha... As casas de engenho e de sítio dando a frente para estradas quase intransitáveis; outras para os rios; os sobrados para as ruas sujas (...) (Freyre, p. 184, 2000).

O tipo de morada que ainda hoje representa o status social, além de revelar a grande disparidade entre senhor e escravo, também demonstrava a realidade fria da questão de gênero, uma vez que a mulher sedentária, caseira e conseqüentemente submissa, revelava a inferioridade feminina que se ocupava apenas de afazeres domésticos.

Em *História da vida privada no Brasil volume II* de Luiz Felipe de Alencastro e Maria Luiza Renaux, trazem à luz em meados do século XIX, a preocupação dos fazendeiros do Brasil, em substituir a mão-de-obra escrava, pelo trabalho servil de qualquer outra raça, devido a Lei Eusébio de Queiroz, que proibia o tráfico negreiro. Porém, além da escassez de trabalhadores do serviço pesado, existia a preocupação sócio-cultural, para aproveitar a participação dos imigrantes para embranquecer o país, mesmo numa realidade que ainda distanciava a abolição da escravidão.

E os citados autores comentam:

(...) preocupados, ao contrário, com o mapa social e cultural do país, a burocracia imperial e a intelectualidade tentavam fazer da imigração um instrumento de civilização, a qual, na época, referia-se ao embranquecimento do país. Desde logo, as duas correntes encaram de maneira radicalmente distinta a ação do Estado e a política imigrante. (Alencastro e Renaux, p. 293, 1997).

Hebe M. Mattoso de Castro, comentando sobre o cotidiano dos cativos, pelo menos os do Sul e Sudeste, relata que dentro das regras estabelecidas pelos senhores para serem cumpridos pelos escravos, a mais comum, era o cativo apresentar-se logo cedo e receber as ordens do dia, mesmo quando não existia feitor, essa rotina geralmente era seguida desde os afazeres domésticos até os serviços braçais mais pesados. E entendemos que para determinadas ações como essa que acabamos de citar, era necessário para a manutenção das relações entre senhores e escravo, e a abolição ser adiada cada vez mais.

Porém, a própria autora ainda acrescenta que no Vale do Paraíba, depois de 1850, aumentaram as pressões pela alforria por parte de algumas famílias e comunidades escravas, que tinham algum recurso tanto estrutural como financeiro. Mas, essa resistência, também ocorria devido ao fato de que o negro negociado internamente, geralmente levava consigo as experiências de outras fazendas, e assim conciliava à sua nova realidade, e junto com os novos companheiros seria mais fácil pressionar seu dono e enfatiza: "... *As ações familiares passaram a predominar no mundo rural, mostrando um novo contexto...*

Crescia a pressão pela alforria entre os cativos com maiores recursos comunitários, escancarando as válvulas de escape do sistema...” (Alencastro, p. 355, 1997)

Em *Rebelião escrava no Brasil* de João José Reis, ele exalta “a resistência escrava” através da Revolta dos Malês, planejada por escravos em 1835, em Salvador Bahia. Os motivos da revolta foram os maus-tratos e a discriminação que sofriam. A intenção dos rebelados era fazer uma revolução, matar os brancos e mulatos fundar uma república negra semelhante ao que havia ocorrido no Haiti. Uma denúncia alertou as autoridades provinciais, que iniciaram a repressão antes mesmo da eclosão do movimento. Em poucos dias, os malês foram derrotados pelas tropas regenciais. A sentença de morte contra os rebelados, assinada pelo governo, foi aplicada somente aos libertos, porque os senhores intervieram em favor de seus escravos, visto que não queriam perder a propriedade e a fonte de renda:

Aquele dia de sábado se passara todo ao sabor de rumores e conversas sobre o movimento que explodiria no dia seguinte... o africano Domingos tratou de fazer a notícia chegar a seu antigo senhor, Fortunato José da Cunha... Era a vez da mulher Guilhermina. Após as novidades trazidas pelo companheiro, ela estava na janela e, apurando o ouvido para a conversa de dois ou três nagôs que passavam, escutou que ao soar do toque da alvorada (cinco horas da manhã) quando os escravos se dirigissem às fontes para apanhar água como faziam todos os dias eles seriam mobilizados para uma revolta... mais tarde ela informou que depois de combinar com seu camarada foi também avisar ao seu patrono Souza Velho(...) (Reis, p. 126-127, 2003).

Além da originalidade do levante, que foi libertar Salvador e se apoderar do Recôncavo – o seu caráter urbano, percebemos outras novidades: seus principais líderes eram Malês, africanos de formação muçulmana. É importante observar que, na história das rebeliões escravas, a iniciativa era quase sempre de cativos africanos e não de crioulos, isto é, os nascidos e criados no Brasil em meio à escravidão. Como acabamos de constatar, o plano malês foi denunciado por ex-escravos fiéis aos seus antigos senhores. Transmitida a informação para as autoridades, a repressão foi desencadeada em Salvador, sem a menor chance de reação dos revoltosos. O levante foi esmagado em três horas e a repressão deixou um rastro de sangue.

4. AS POSSIBILIDADES DE CONSTRUÇÃO DE UMA HISTÓRIA SOCIAL

Todo o nosso estudo foi analisado em fontes documentais oficiais, e também em fontes teóricas, que nos direcionaram ao reconhecimento dos princípios científicos de nossa pesquisa.

Tivemos a intenção de contribuir com a descoberta de fatos, que revelam as entrelinhas de atores sociais, que viveram numa mesma época, mas que ocuparam posições sociais diferentes.

Falamos de alguns escravos e senhores de escravos, que compartilharam suas diferenças sociais na segunda metade do século XIX na Vila de Cajazeiras, sertão do Estado da Paraíba.

Nas Cartas de Alforria e nas Escrituras de compra e venda de Escravos que analisamos, percebemos a importância econômica nas relações das citadas classes sociais, principalmente porque apesar de não reconhecidos socialmente, os escravos tinham grande relevância na questão do que era produzido não apenas em Cajazeiras, mas também no Norte agrário do restante do Brasil.

É certo que nós buscamos fontes históricas com informações restritas, que envolvem poucas categorias sociais, mas que retrata uma realidade que saía da rotina do campo ou da cidade e era levada para dentro do cartório, uma repartição pública, mas que tinha a função de registrar oficialmente as negociações de mais importância da época; a compra e venda de alguns escravos e a “liberdade” de outros, através da carta de alforria.

Nesse sentido, percebemos que a trama envolvia uma série de interesses pessoais e coletivos. Por exemplo quando era o caso da venda de escravos deixados por herança, em que o montante da venda seria dividido entre os herdeiros. Certamente esse dinheiro seria injetado na economia da Vila em questão. Podemos até pensar que, os recursos obtidos com a venda de cativos, seriam automaticamente aplicados na economia local, porque só temos informações de compras de escravos à vista, portanto, era mais fácil e urgente para o vendedor aplicar tal recurso.

Na sociedade escravista da segunda metade e final do século XIX especificamente no Brasil, ainda permanecia o valor comercial do escravo, de acordo com a sua idade e sexo, e essa regra também era comum na Vila de Cajazeiras como já citamos anteriormente. Porém, não sabemos até que ponto, esse requisito influenciava aos atores

sociais, que nem eram escravos e nem senhores de escravos. Por não aparecerem ativamente nos documentos que analisamos, não os classificamos como desnecessários à sociedade da época, mas no mínimo ficaram ocultos e com participação passiva na sociedade emergente.

Na estruturação da História Social aqui relatada por nós, contamos com a parte teórica de uma vasta historiografia, que de forma expressiva, nos ajudou a conciliar com a experiência empírica. A seguir iremos relatar algumas obras de relevância para a nossa discussão. A começar pelo trabalho de César Augusto Barcellos Guazzeli, na qual ele nos alerta para muitos questionamentos em relação à História, baseada em fontes oficiais, como é o caso da nossa pesquisa.

Sabemos que as diversas correntes teóricas e também as diversas ciências da humanidade, apontam para a investigação de descobertas, para responder à indagações como “quem somos”? De onde viemos? Para onde vamos?” E as respostas só são concretas, enquanto não aparecem novidades mais adiante da mesma linha de pesquisa. Por isso, existem tantos questionamentos a esse respeito e a História, como sendo uma disciplina que estuda as relações de transformações da sociedade não poderia excluir-se dessa discussão.

Destacamos aqui, “a legitimidade e a utilidade do saber histórico”, no tocante à sua importante participação na reconstrução do passado, trazendo à tona a ligação com o presente e estabelecendo uma concepção do real, com a compreensão de que não se pode conhecer os fatos tal qual aconteceu; É aí onde a “legitimidade” pode caracterizar a História.

No positivismo, corrente histórica liderados por Auguste Comte, a História é vista como pronta, acabada e principalmente investigada por documentos oficiais, numa seqüência contínua dos fatos rumo “à ordem” que prever o futuro em particular da sociedade dominante.

Hoje, uma boa parte dos historiadores ver essa “legitimidade” ultrapassada. E Guazzelli critica:

O fundador da Sociologia Auguste Comte, pretendia para esta sua criatura o estatuto “científico” ou “positivo”, algo apenas possível se, nos emaranhados dos grupos humanos, fossem percebidas aquelas regularidades capazes de serem definidas por leis. Assim, conceitos tais como Estática Social ou Dinâmica Social – que remetiam para uma Física Social – não eram gratuitos. Irmã menor, cabia à História a investigação e reprodução possível de um passado, coisa teria “positividade” apenas se fossem arroladas as “provas” dos documentos. Na medida em que as referidas provas não eram suficientes para

responder “por que” as coisas aconteceram, mas somente “como”, a História Positiva tinha seu valor explicativo limitado à reconstituição dos “fatos”, tornando-se sinônimo de uma História Evenementielle! Sua legitimidade era garantida pelo rigor científicos no levantamento e apreciação dos documentos. O futuro seria resultado de um progresso contínuo, num caminho que a História mostrava, quando também se alcançaria uma ordem que no presente cambaleava”. (GUAZZELLI, p. 32, 2000)

Guazzelli afirma que em controvérsia, uma outra corrente histórica, o Materialismo Dialético ou Marxismo de Karl Marx, divulga fundamentos científicos com especificidade na trama das “forças produtivas” e as “relações sociais de produção” na “luta de classes”. Mas não esqueçamos que essa era a visão de Marx sobre a solidificação do capitalismo na Alemanha do século XIX, e que não podemos legitimar a história das diferentes sociedades de uma única forma, principalmente nos dias de hoje. Criticamos, mas respeitamos que essa seja basicamente a legitimidade do Marxismo.

Por último, Guazzelli também acrescenta sua crítica sobre a Escola dos Annales, que teve como precursores Marx Bloch, Lucien Febure e Fernand Braudel, onde a “legitimidade” histórica é defendida com a junção de várias disciplinas como a Sociologia, a Psicologia, a Economia etc... Juntando-se a História e formando a interdisciplinaridade.

Quanto à aproximação da História com a ficção, não podemos negar a narrativa, nem tão pouco a realidade científica em afirmar que não existe a verdade única e absoluta” dos fatos, mas, nem por isso vai perder o seu caráter científico, na tentativa de reconstrução do passado real.

Em nossa pesquisa, prevaleceu o compromisso de colocar em pauta a relação entre a ciência histórica, e os escritos das fontes originais pesquisadas, dando voz científica a trama investigada através dos diversos questionamentos.

O nosso trabalho, a exemplo de boa parte de historiadores, é baseado num período curto da história, fazendo recortes necessários, tentando compreender as entrelinhas das transformações sociais, fazendo perguntas às fontes utilizadas, percebendo inclusive, que o ator social “constitui-se um sujeito histórico” e faz parte do palco da história da vida humana, numa sociedade dotada de presente, passado e futuro, onde a memória tem papel relevante por ser instrumento próprio do ser social.

Juntando-se a esse pensamento, também compreendemos que depois que a História aliou-se a outras disciplinas, além de ampliar as fontes a serem investigadas, também propiciou alternativas, e ao mesmo tempo, um controle sobre o que se quer

questionar, tornando assim, a visão histórica móvel, e principalmente inovadora na análise das relações sociais.

Portanto, em nosso estudo também utilizamos os subsídios da Nova História que avalia pequenos períodos históricos, principalmente quando se trata da história dos que viveram ou vivem às margens, e nesse caso, a busca da narrativa além sua relevância específica. Apesar de alguns historiadores ainda analisarem encararem a História de maneira tradicional, reduzida ao plano político-positivista, baseada apenas na história dos grandes heróis e nos grandes eventos.

A história como dinâmica das práticas sociais tende a acompanhar o homem aonde ele for, mesmo que seja de forma científica, porque aonde existe ação deste, existe história. Por esse motivo a historiografia recente recusa a visão pré-histórica.

Para a História é importante a análise de interpretação para “todo fato ou evento”, uma vez que há também presentes contradições, realidade e ilusão que ocorrem nas relações sociais.

Além de outras fontes, em nossa pesquisa também recorreremos ao trabalho de Durval Muniz, em que ele detalha a importância do trabalho de Foucault na questão do objeto e do sujeito em história e depois à exposição do pensamento de Nietzsche e Freud sobre a questão do sujeito em História.

A partir das inquietações propostas por Foucault, vamos analisar a questão do objeto em história. Nessa perspectiva, sentimos a necessidade de priorizar o seguinte questionamento: Como se dá a construção do objeto em história?

O pensamento de Michel Foucault que ora anima ou desagradam historiadores, na verdade, influenciou intencionalmente uma forma diferente de ver o conhecimento histórico.

Para Foucault, o objeto histórico seria um acontecimento baseado na experiência e no tempo limitado da vida dos homens. Esse mesmo objeto, principalmente quando recorre ao passado, é visto de forma a depender do olhar do historiador. Portanto, a história tem várias interpretações, onde os acontecimentos são singulares e questionados como “verdades possíveis”, ligando o passado e o presente com o poder da experiência dos sujeitos.

Foucault abriu o debate para desmistificar a origem dos objetos históricos e afirma que:

(...) é vasculhando as camadas constitutivas de um dado saber, de um dado acontecimento, de um dado fato que podemos aprender o movimento de seu

aparecimento, aproximarmo-nos do momento em que foi emergindo como as duras conchas emergem do trabalho lento de petrificação do lamaçal do mangue...” (Albuquerque Jr, Durval Muniz, p.120, 2000)

É a partir das idéias de camadas sobrepostas que o historiador colhe diversas informações, e estas são moldadas refeitas, montadas e depois relacionadas entre si. Portanto, o objeto histórico, ganha uma nova roupagem, uma nova forma.

Foucault, com o seu marco revolucionário na história, adverte contra a interpretação fiel e direta da realidade que há pouco tempo era muito utilizada pelos historiadores, segundo ele, o objeto histórico necessita de ser questionado nas entrelinhas, e para problematizá-los executar a sua “desconstrução”. Esta desconstrução se dá de modo que a indefinição a torne fragmentada a ponto de merecer mais empenho do historiador e este, não tenha a ilusão que o passado está na documentação pronto para ser resgatado. Portanto, o objeto demonstrado e revestido de um novo discurso, possibilita à revelação que torna o objeto “um novo vir a ser”.

É importante ainda acrescentar, que segundo Foucault, no ofício do historiador é necessário a capacidade de refazer o qual o objeto oferece de mais omissos, porque é exatamente no seu interior, que se escondem experiências de uma realidade vivida, com características peculiares à sua época, e aí entra a tarefa de questionar essas forças passadas e compreendê-las num jogo de tramas que atende à necessidade de novas leituras, de acordo com o interesse contido em nosso tempo.

A obra de Foucault, que foi muito criticada por uma boa parte de historiadores, a princípio foi ignorada, devido à sua narrativa apresentar uma metodologia diferente e inovadora em relação àquela praticada pela historiografia até então. No seu discurso, na forma de refazer a história, não necessariamente existe o apego à história naturalizadora que faz referências aos grandes eventos já consagrados e principalmente se estes aconteceram num passado muito distante. Para eles, a centralização nesses marcos históricos tradicionais, dificulta a possibilidade de uma interpretação do passado de maneira independente das leis já formalizadas pelas histórias.

É nesse olhar diferente que se constitui a descentralização do objeto histórico. Sua crítica sobre a divisão cronológica da história tal como praticaram os positivistas, está fundada na visão de que os fatos não são dados, e sim obedecem a uma montagem, que a fidelidade a esses fatos tentam esconder o que pode ser desfeito.

Além das críticas já citadas, outra acusação severa sobre Foucault, é a de que ele não utilizou método específico para vasculhar o conhecimento histórico, uma vez que o

embate entre ele e a maioria dos historiadores está exatamente na forma diferenciada que sua pesquisa mostre o objeto histórico.

Para Foucault, no tocante aos questionamentos problemáticos pouco praticados pelos historiadores, como no caso da Revolução Francesa ou em outro evento, eles podem ser investigados sob outro prisma, com outra documentação, e não necessariamente seja assunto indiscutível que não mereça uma nova abordagem. Este novo olhar dos referenciais teóricos depende dos historiadores.

O trabalho de Foucault teve apesar das críticas uma profunda influência na historiografia no século XX. Especificamente no Brasil, esse debate ocorreu a partir da década de 80, quando começamos os primeiros estudos e pesquisas cujas problemáticas chamaram atenção para novos olhares sobre a história e um novo tratamento aos objetos históricos. Estudos sobre a questão das instituições disciplinares (hospital, escola, hospício, prisão), além de estudo sobre a sexualidade e a questão de gênero, trouxeram novos questionamentos para o conhecimento histórico. Apesar das fortes reações, a perspectiva Foucaultiana foi ganhando força com estudos no campo das reformas urbanas e com uma nova perspectiva de poder.

Os trabalhos de Durval podem mostrar a influência positiva na historiografia brasileira do pensamento de Foucault. Adaptando a leitura Foucaultiana na sua dissertação de Mestrado sobre o problema da seca do Nordeste, ele questiona que enquanto a seca era problema apenas de excluídos na sociedade nordestina, ela permanecia apenas como uma dificuldade climática.

Porém, quando torna-se pauta de reivindicações de uma classe social “superior” em declínio, principalmente com a seca de 1877/79, certamente incluiria a seca no seu discurso por despertar interesses econômicos.

Aí está o objeto histórico da seca a ser investigada de forma diferente como “interesse de quem desfruta dela de maneira positiva e contribuindo para aumentar a desigualdade social”. Para tanto, Albuquerque Junior, Durval Muniz enfatizam:

(...) Não se deve fazer a história das repercussões econômicas, sociais ou políticas da seca, nem apenas a narrativa cronológica de sua ocorrência e suas consequências, mas, a história da invenção da própria seca como problema regional, como objeto de práticas e discursos(...). (Albuquerque Junior, Durval Muniz, p. 128, 2000).

A importância dada à seca 1877/79, em relação às anteriores é que gerou a relevância do objeto, transformando o fato natural em fato social.

Com a mesma desconfiança da problemática da seca, o mencionado autor também questionou o recorte espacial Nordeste, que também era “uma invenção histórica” e que na verdade não era uma unidade homogênea como a mídia assim a divulgava, e sim um objeto de saber e poder, uma identidade investigada que poderia ser desconstruída.

O objeto histórico de acordo com a leitura de Foucault alerta historiadores para o fato de que a história não está pronta e encerraria para ser resgatada; Ela precisa ser refeita através de camadas que constituirão uma nova forma de ser analisada. O tipo de sua composição descentralizada é que a torna numa constante redefinição.

Além da questão do objeto, outra frente de discussão tem sido a definição em torno do sujeito histórico e o tratamento dos historiadores a esse tema. A nossa discussão agora, gira em torno de dúvidas e opiniões contrárias, sobre conceitos definidos a respeito do que é sujeito no pensamento de Nietzsche, Freud e Foucault. Principalmente a oposição destes, em relação ao pensamento racional de Descartes.

Num primeiro momento, devemos analisar a perspectiva racionalista do homem com um dotado, de uma sensibilidade nacional comum a todos que têm poder de controle da razão sobre as paixões. Segundo Descartes no seu discurso, a partir do século XVII o que define o sujeito é a razão. E ainda definiu o mundo: “um que se referia ao conhecimento objetivo, científico – o mundo dos objetos e o outro intuitivo e reflexivo – o dos sujeitos”. (In: OLIVEIRA, Francisca Bezerra e (FORTUNATO, Maria Lucinete, p. 83, 2000).

Essa divisão dual gerou objeções no próprio campo do conhecimento, porque nos princípios dos valores gerais da existência, conduta e destino do homem, necessitam obrigatoriamente de conhecimento coordenados sistematizados, relativos à determinados objetos. No racionalismo cartesiano o sujeito pensa, medita. Essa teoria teve grande influência no séc XVIII e XIX, que se intensificou com o racionalismo iluminista que pregava a razão seguida do progresso, para justificar a sistematização de todas as coisas.

Em oposição a essa definição de sujeito da modernidade, surge o pensamento de Nietzsche o qual afirma que o conhecimento não é neutro, mas é uma invenção, recheada de sentimentos, de desejos e emoções. Portanto, esse sujeito não é inativo, vago, desinteressado.

Nietzsche fundamenta o seu pensamento “na vontade potência”, sendo esta, impulso e tendências naturais da vida. Ele critica a vontade de verdade questionando que, utilizado de forma intensa, dificulta a capacidade de inventar, transformar. Para ele, a arte é

mais importante do que a ciência, e a inventividade do que a verdade. *“Essa compreensão trouxe como consequência uma nova concepção da filosofia e do filósofo, na qual não mais se procura o ideal de um conhecimento verdadeiro e sim interpretar e avaliar”*. Para tanto conhecimento verdadeiro é substituído pela interpretação.

No pensamento Nietzscheano, o homem é “linguagem de desejo”, mas não é dotado de uma identidade fixa, muito embora seja resultado de uma tradição cultural, sendo que não existe uma origem dessa cultura. Portanto, em Nietzsche, a consciência não é o que define a vida, mas, a junção de impulso e instintos, que é a principal característica do conhecimento.

Freud, também discorda do pensamento filosófico moderno, e destrói toda a teoria que classifica a consciência como prioridade do sujeito, questionando assim a racionalidade e propondo a ruptura com o pensamento cartesiano.

O pensamento Freudiano, baseado na interpretação do sujeito fundado na história e na linguagem, não tem espaço na teoria da ciência moderna. Em sua desconstrução do papel da consciência, ele destaca a dimensão inconsciente da subjetividade.

O indivíduo como resultado do “princípio da realidade e do prazer”, torna-se exposto a influências externas, que foge ao seu controle, e não se governa por leis próprias.

O sujeito do inconsciente é aquele que emerge da singularidade sendo único individual, e o seu paralelo é a subjetividade que é exclusivamente um pouco dos sujeitos em cada sujeito, resultado da troca de experiências.

Tanto Nietzsche como Freud apresentaram preocupações com a filosofia da modernidade, em relação ao sujeito consciente e ao mesmo tempo, apresentaram também alternativa de outras reflexões, apontando diversos questionamentos quanto à veracidade do nacionalismo cartesiano, no campo do saber durante todo o século XX.

Foucault, a exemplo dos outros pensadores citados, também criticou o pensamento filosófico moderno, criticando a noção de progresso. Para ele é pelo exercício do poder que o sujeito é produzido pela tecnologia do poder, da alma sobre o corpo, tendo a razão e o saber como fruto do poder, denominado poder disciplinar, que iniciou no século XIX, e se tornou legítimo no século XX.

Esse poder age sobre o indivíduo de modo a torná-lo heterogêneo. Portanto, esse sujeito é construído de formas diferentes, de modo que se deve particularmente à subjeção da organização social desmistificando a idéia de sujeito universal e centralizado,

ele é resultado da descentralização, saber e poder.

Nietzsche, Freud e Foucault criticaram e problematizaram a questão do sujeito racional e consciente da modernidade. Para tanto, aplicaram a idéia de que o sujeito não é mais transcendental, nem tem identidade fixa, ele é inacabado e produzido pela linguagem.

Denise Jodelet, relatando sobre abordagens de noção social, nos confirma que todas as representações sociais são ativamente complexas, e raramente é possível estudá-las de forma isolada, e como essas representações é uma junção de “informativos, cognitivos, ideológico, normativos, crenças, valores, atitudes, opiniões”, a organização desses elementos, refletem a uma realidade concreta, e é partindo desse princípio, que a investigação científica encontra-se na obrigatoriedade de explicar e analisar todos os dados colhidos a partir das fontes, e cita Durkheim e Moscovice. O primeiro como precursor, ao identificar a importância da união de tais objetos e segundo, porque renovou análise, valorizando a especificidade, principalmente nas sociedades contemporâneas. E acrescentar:

(...) Uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social, igualmente designada como saber de senso comum ou ainda saber ingênuo, natural, esta forma de conhecimento é diferenciada entre outras, de conhecimento científico. Entretanto, é tida como um objeto de estudo... devido a sua importância na vida social e a elucidação possibilitadora dos processos cognitivos e das interações sociais”. (Jodelet, p. 22, 2001).

E foi percebendo essa interação social que em nossa interpretação, buscamos os vários questionamentos, para tentar compreender uma parte da história da Vila de Cajazeiras, alto sertão da Paraíba, na segunda metade do século XIX.

5. CONCLUSÃO

A contribuição para a História social, a partir da documentação examinada sobre a Vila de Cajazeiras, parte do princípio de que é necessário atentarmos para observação mais precisa dos fatos que acompanham o percurso social do homem, independente da hierarquia social.

Quando se analisa a trajetória dos escravos, e automaticamente a dos seus senhores, num raio de quinze a vinte anos, percebe-se que as diferenças sociais não superam as transformações do tempo. Porque nas escrituras de compra e venda de escravos dos anos 60, demonstram com muita clareza a opulência dos dominadores que possuíam escravos como bens de muito valor. Porém, nas informações contidas nos inventários dos anos 80, esses mesmos senhores, possuíam poucos bens e dentre eles, não existiam escravos, deixando perceptível à nossa compreensão o declínio econômico dessas famílias.

A principal reflexão que ficou, diante de todos os questionamentos sobre a realidade social e econômica da Vila de Cajazeiras no final do século XIX, foi que a sociedade escravista do Brasil teve momentos de glória e fragilidade ainda antes do Decreto oficial da Abolição.

6. REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. Introdução. A invenção do Nordeste e outras artes. São Paulo: Cortez, 1999 (p. 19-37).

_____. Um leque que respira: o objeto do conhecimento histórico. In: PORTOCARRERO, Vera; CASTELO BRANCO, Guilherme. Retratos de Foucault. Rio de Janeiro: NV, 2000.

ALENCASTRO, Luis Felipe; RENAUSE, Maria Luiza. Curas e modos dos migrantes e imigrantes. In: NOVAIS, Fernando A; ALENCASTRO, Luiz Felipe de. (Org.). et. al. História da vida privada no Brasil: Império: a corte e modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 339-383.

CORDEIRO, Domingos Sávio de. A metodologia científica simplificada para estudantes de graduação. Juazeiro do Norte: Terrana Comunicações, 1998.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. Um lugar na escola para a história local. Recife: Dig, 1995.

FREIRE, Gilberto. Sobrados e mucambos, decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil-2. 12ª ed. São Paulo: Record, 2000.

GRAZZELLI, César Augusto Barcelos et. all (Org). Questões de teoria e metodologia da história. Porto Alegre: Ed. Universidade, UFRG, 2000.

JODELET, Denise. (Org.). As representações sociais. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2001. Cap. 1 e 2, p. 17-66.

MATTOS, Hebe Maria de Castro; SCHNOOR, Eduardo (Org). Resgate: uma janela para os oitocentos. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.

MATTOSO, Kátia M. de Queiroz. Ser escravo no Brasil. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

MELO, Evaldo Cabral. O fim das casas grandes. História da vida privada. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 387-437.

NOVAIS, Fernando A; ALENCASTRO, Luiz Felipe de. (Org.). et. al. História da vida privada no Brasil; Império: a corte e modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

OLIVEIRA, Francisca Bezerra; FORTUNATO, Maria Lucinete. Concepção de sujeito: construções, deslocamento e redefinições. João Pessoa: UFPB.

QUEIRÓZ, Suely Reis de; FREITAS, Marcos (Org.). Historiografia brasileira em perspectiva. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 1998. p. 103-117.

REIS, João José. Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos males em 1835. Edição revista e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA FILHA da, Osmar Luiz. Na cidade Parayba, o percurso e as tramas do moderno (1892-1928). Recife: UFPB, Doutorado em História, 1999.

SLENES, Robert W. Senhores e subalternos no Oeste Paulista. In: NOVAIS, Fernando A; ALENCASTRO, Luiz Felipe de. (Org.). et. al. História da vida privada no Brasil; Império: a corte e modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

TRALDI, Maria Cristina; DIAS, Reinaldo. Monografia passo a passo. 3ª ed. São Paulo: Alínea Editora, 2001.

VIEIRA, Maria Pilar de Araújo. A pesquisa em História. São Paulo: Ática, 1991.

FONTES DOCUMENTAIS:

Escritura de compra e venda de escravos. Apud Cartório Holanda. Cajazeiras PB,1860;

Cartas de Alforria. Apud Cartório Holanda. Cajazeiras - PB,1860;

Inventários da década de 80. Apud FORUM de Cajazeiras-PB, 1880.